



www.LeisMunicipais.com.br

Versão consolidada, com alterações até o dia 29/05/2025

## LEI Nº 794 /2023

### **"Dispõe sobre a criação, estrutura e atribuições da Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública - SEMCIT, e estabelece procedimentos para sua implantação."**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO, ESTADO DO PARANÁ, MOISES SORES RIBEIRO, no uso de suas atribuições legais, sanciona a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I DA SECRETARIA

##### Seção I Criação e Finalidade

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a criação, estrutura e atribuições da Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública - SEMCIT, no âmbito do Município de Sabáudia, e estabelece procedimentos para sua implantação.

**Art. 2º** A Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública - SEMCIT é o órgão da estrutura do Município, dirigido por seu Secretário, como instrumento que proporciona à Administração Pública subsídios para assegurar o bom gerenciamento dos negócios públicos, aprimorando a prestação de serviços com economicidade, eficiência e eficácia, evitando a ocorrência de erros potenciais, através do controle de suas causas.

**Art. 3º** Fica criada, na Estrutura Administrativa do Município de Sabáudia, a Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública - SEMCIT, em atendimento ao disposto no Art. 74 da Constituição Federal de 1988, na condição de órgão responsável pela atividade de controle interno da Prefeitura, que atuará de forma prévia, concomitante e subsequente às atividades da ação de governo, compreendendo o pleno acompanhamento e avaliação da gestão dos administradores do patrimônio municipal, inclusive, a arrecadação e aplicação de recursos públicos.

Parágrafo único. A instituição do controle interno não exime os gestores e ordenadores das despesas de todas as unidades do Poder Executivo Municipal da responsabilidade individual de controle no exercício de suas funções, nos limites de suas competências.

**Art. 4º** A Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública - SEMCIT, com independência e autonomia, desenvolverá suas funções por meio de análises, consultas, pesquisas, diagnósticos e prognósticos, visando à racionalização, eficiência, eficácia e legalidade das decisões e projetos levados a efeito pela administração, especialmente quanto à natureza orçamentária e financeira, contribuindo para o desenvolvimento e crescimento institucional do Município.

**Art. 5º** A Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública - SEMCIT terá as seguintes finalidades:

I - Sistematizar o Controle Interno do Poder Executivo Municipal visando a avaliação da ação governamental e da gestão dos

administradores públicos municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto aos aspectos da legalidade, economicidade, eficácia e eficiência, assim como preservar os interesses do Executivo Municipal contra ilegalidades, erros, fraudes e outras práticas irregulares, objetivando o cumprimento do disposto no artigo 74, incisos I ao IV, da Constituição Federal;

II - Controlar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município;

III - Acompanhar e avaliar a execução do Plano Plurianual e do Orçamento Anual, verificar a utilização regular e racional dos recursos e bens públicos e avaliar os resultados alcançados pelos gestores;

IV - Prover orientação dos gestores públicos do município, com vista à racionalização da execução de despesa, à eficiência e eficácia da gestão e à efetividade dos órgãos da Administração;

V - Subsidiar os órgãos responsáveis pelo planejamento orçamentário e programação financeira com informações oportunas que permitam aperfeiçoar essas atividades;

VI - Criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo no cumprimento de sua missão institucional.

**Art. 6º** As atividades de controle interno orientar-se-ão pelos princípios e técnicas aplicáveis ao registro, fiscalização e auditoria, delas resultando demonstrativos, relatórios e recomendações destinadas a estimular a eficiência e eficácia dos serviços públicos.

§ 1º Os documentos assim gerados, ou seus resumos, terão imediato encaminhamento, para fim de servir de subsídio à administração superior, bem como aos responsáveis pelos diversos departamentos e unidades do Poder Executivo Municipal avaliados.

§ 2º As atividades do Sistema de Controle Interno não se confundem com as de consultoria e assessoramento técnico e jurídico, que competem aos respectivos órgãos e unidades de assessoramento do Poder Executivo Municipal.

**Art. 7º** A Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública - SEMCIT passa a compor os órgãos da administração direta.

**Art. 8º** A representação gráfica da Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública - SEMCIT, passa a vigorar conforme Anexo desta Lei.

**Art. 9º** Ficam criadas as Unidades Administrativas da Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública, com seus respectivos cargos e funções gratificadas, constantes nos Anexos desta lei, obedecendo-se à lotação, simbologia e quantidade nele fixados.

**Art. 9º-A** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a atualizar anualmente o anexo de valores que trata esta lei pelo índice inflacionário INPC/IBGE ou outro índice que este seja substituído. (Redação acrescida pela Lei nº 901/2025)

~~**Art. 10** A indicação e designação para o exercício de função relacionada com a Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública, caberá ao Chefe do Poder Executivo Municipal, e se dará dentre os servidores de provimento efetivo que disponham de capacitação técnica e profissional para o exercício da função/cargo e que atenda aos seguintes requisitos:~~

**Art. 10.** A indicação e designação para o exercício de função relacionada com a Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública, caberá ao Chefe do Poder Executivo Municipal, e se dará dentre servidores de provimento efetivo e/ou em comissão que disponham de capacitação técnica e profissional para o exercício da função/cargo e que atenda aos seguintes requisitos: (Redação dada pela Lei nº 902/2025)

I - Possuam graduação de nível superior em áreas relacionadas às atividades de controle, sendo: Administração; Ciências

Contábeis; Direito; Economia ou Gestão Pública, ou em outros cursos de graduação ou pós-graduação que tenham em seus planos de ensino disciplinas voltadas à controladoria, auditoria ou gestão pública, levando em consideração os recursos humanos do Poder Executivo;

II - Possua conhecimentos e maior tempo de experiência na administração pública.

**Art. 11.** ~~É vedada a indicação e designação para o exercício de função ou cargo relacionado com a Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública, de servidores que:~~

~~I - Tiverem sofrido penalização administrativa, civil ou penal transitada em julgado;~~

~~II - Forem contratados por excepcional interesse público;~~

~~III - Estiverem em estágio probatório;~~

~~IV - Realizem/exerçam atividade político-partidária;~~

~~V - Exerçam, concomitantemente com a atividade pública, qualquer outra atividade profissional.~~

~~Parágrafo único. Constitui exceção à regra prevista no inciso III, do § 1º, quando se impor a realização de concurso público para investidura em cargo necessário à composição do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública.~~

**Art. 11.** A indicação e a designação para o exercício da função e do cargo de Controlador Interno far-se-ão exclusivamente entre os servidores efetivos do Município de Sabáudia.

Parágrafo único. É vedada a indicação e a designação para o exercício da função e do cargo de Controlador Interno aos servidores efetivos que:

I - Tiverem sofrido penalização administrativa, civil ou penal transitada em julgado;

II - Forem contratados por excepcional interesse público;

III - Realizem/exerçam atividade político-partidária;

IV - Exerçam, concomitantemente com a atividade pública, qualquer outra atividade profissional. (Redação dada pela Lei nº 902/2025)

**Art. 12.** É vedada a lotação de qualquer servidor com cargo comissionado para exercer a Função de Controlador Interno.

**Art. 13.** Além dos impedimentos capitulados no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, é vedado aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública, patrocinar causa contra a Administração Municipal Direta ou Indireta.

**Art. 14.** Constitui garantia dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública e Secretário Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública a independência profissional para o desempenho das atividades de controle na administração direta e indireta do Executivo Municipal.

§ 1º Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos serviços da Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública, no exercício das atribuições inerentes às atividades de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão.

§ 2º O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço à atuação da Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública no desempenho de suas funções institucionais, ficará sujeito à pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

**Art. 15.** Constitui garantia aos servidores ocupantes de cargo efetivo, indicados e designados para exercerem funções comissionadas da Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública, a continuidade e alternância, por meio do sistema de mandato.

~~§ 1º O mandato dos servidores designados para exercerem funções comissionadas na Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública será de 4 (quatro) anos, correspondendo ao mandato do Chefe do Executivo Municipal, admitida a recondução, no interesse do serviço, na conveniência e no entendimento entre os servidores nomeados e o Chefe do Poder Executivo.~~

§ 1º O mandato dos servidores designados para exercerem funções comissionadas na Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública poderá ser de 4 (quatro) anos, admitida a recondução, no interesse do serviço, na conveniência e no entendimento entre os servidores nomeados e o Chefe do Poder Executivo. (Redação dada pela Lei nº 902/2025)

§ 2º A impossibilidade de destituição das funções no último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo até a data da Prestação de Contas do exercício do último ano do mandato ao Poder Legislativo.

§ 3º Extraordinariamente o primeiro mandato terá início após a publicação da presente Lei, admitida recondução prevista do § 1º do presente artigo.

§ 4º Os servidores designados para exercerem funções comissionadas na Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública não poderão ser afastados de suas funções antes do encerramento do mandato ou do período para o qual foi designado, exceto na hipótese de cometimento de ato irregular que, mediante apuração em processo administrativo, assim justifique.

§ 5º É permitida a recondução do mandato dos servidores designados para exercerem funções comissionadas na Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública, nos termos do §1º deste artigo, mas deverá haver capacitação dos demais servidores para que estejam habilitados ao exercício dessas funções, a fim de que haja alternância na ocupação do cargo.

§ 6º Em caso de inexistência de servidores habilitados para ocupação das funções caberá, com base em justificativa fundamentada, a recondução, por quantos períodos sejam necessários, dos servidores investidos no cargo.

§ 7º No caso de exoneração a pedido, aposentadoria ou morte dos ocupantes das funções comissionadas, o Chefe do Poder Executivo nomeará um servidor para concluir o período, até o final do mandato, atendidas as condições previstas no art. 10 desta lei.

§ 8º Nenhum servidor público poderá ser obrigado ou coagido a exercer função comissionada na Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública, senão por total convicção de aptidão para tanto.

§ 9º O servidor efetivo, quando no exercício do cargo de Secretário, poderá optar pela sua remuneração ou pelo subsídio previsto para o referido cargo.

**Art. 16.** O servidor no exercício de suas funções relacionadas com a Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública deverá guardar sigilo sobre dados e informações obtidas em decorrência do exercício de suas atribuições e pertinentes aos assuntos sob a sua fiscalização, utilizando-os, exclusivamente, para elaboração de relatórios e pareceres destinados à Chefia Superior, ao Chefe do Poder Executivo Municipal e ao titular da unidade administrativa, órgão ou entidade na qual procederam-se as constatações, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

**Art. 17.** O Secretário Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública será substituído nos seus afastamentos legais, de natureza eventual, por um dos demais dirigentes da secretaria, devidamente designado pelo Prefeito Municipal.

## Seção II

### Da Estrutura Organizacional

**Art. 18.** A Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública - SEMCIT, terá a seguinte estrutura básica organizacional:

I - Departamento de Integridade, Controle e Transparência;

I.I. Departamento de Auditoria e Monitoramento;

**Art. 19.** Fica instaurada a estrutura organizacional da Secretaria de Controle, Integridade e Transparência Pública, que contará com os seguintes cargos e funções comissionadas e efetivas:

I - 01 (um) Secretário Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública;

I.I. 01 (um) Diretor de Integridade, Controle e Transparência;

I.I.1. 01 (um) Auxiliar Administrativo - servidor efetivo;

I.I.I. 01 (um) Diretor de Auditoria e Monitoramento;

I.I.I.1. 01 (um) Auxiliar Administrativo - servidor efetivo;

I.V 01 (um) Controlador Interno;

## Seção III

### Da Competência

**Art. 20.** A Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública - SEMCIT, tem, dentre outras, as seguintes competências:

I - Fiscalizar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas orçamentários, conforme determina o artigo 74, inciso I da Constituição Federal do Brasil de 1988;

II - Comprovar a legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da Administração indireta, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, conforme determina o artigo 74, inciso II da Constituição Federal do Brasil de 1988;

III - Atuar preventiva, concomitante e posteriormente aos atos administrativos, visando detectar irregularidades, erros ou falhas, por meio de auditorias comuns, de caráter contínuo, rotineiro e sistemático, previamente programadas, ou em caráter especial ou extraordinário, para apurar denúncias ou suspeitas, segundo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência e economicidade;

IV - Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Poder Público, conforme determina o artigo 74, inciso III da Constituição Federal do Brasil de 1988;

V - Desempenhar o sistema de controle interno no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Sabáudia, e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, conforme determina o artigo 74, inciso IV da

Constituição Federal do Brasil de 1988;

VI - Verificar a observância dos limites constitucionais atinentes ao endividamento do órgão, gastos com pessoal, aplicações em saúde e educação, e emitir alertas quando ultrapassados os limites previstos na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal;

VII - Cientificar o Prefeito Municipal, em caso de ilegalidades ou irregularidades constatadas, propondo medidas corretivas;

VIII - Emitir parecer técnico conclusivo sobre as contas anuais do Prefeito;

IX - Fiscalizar o cumprimento das normas constantes das Resoluções do TCE/PR;

X - Dar ciência ao Tribunal de Contas das irregularidades chegadas ao seu conhecimento, indicando as providências adotadas;

XI - Desenvolver atividades visando subsidiar e orientar a administração sobre a gestão pública a cargo dos Secretários, administradores e responsáveis pela arrecadação e aplicação de recursos públicos;

XII - Convocar servidor(a), requerer documentos e demais atos necessários ao esclarecimento de assuntos pertinentes às atribuições do Controle Interno;

XIII - Desempenhar todos os atos necessários ao bom e eficaz funcionamento do Controle Interno, visando ao cumprimento de suas finalidades;

XIV - Acompanhar as atividades referentes aos Conselhos vinculados à sua área de atuação;

XV - Desenvolver e implantar mecanismos e procedimentos internos de auditoria interna, transparência e prevenção à corrupção, bem como o incentivo à denúncia de irregularidades;

XVI - Coordenar as atividades de auditoria e controle interno do município;

XVII - Verificar, acompanhar e avaliar as medidas necessárias ao cumprimento do estabelecido na Lei de Acesso à Informação, bem como das regras relativas à transparência da gestão fiscal;

XVIII - Promover o incremento da transparência na gestão pública, tendo em vista o fomento à participação da sociedade civil e a prevenção da malversação dos recursos públicos;

XIX - Administrar as informações e dados fornecidos pelas Secretarias Municipais no Portal da Transparência;

XX - Implantar o Programa de Integridade, com normas de condutas, procedimentos ações com o objetivo de prevenir, detectar, sanar, remediar e punir desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública municipal, elevando a confiança da sociedade na Gestão;

XXI - Elaborar, divulgar e aplicar padrões de conduta, políticas e procedimentos de integridade no âmbito da Prefeitura de Sabáudia;

XXII - Desenvolver e aplicar treinamentos periódicos sobre o programa de integridade;

XXIII - Elaborar e realizar procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, tal como pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;

XXIV - Elaborar e realizar procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;

XXV - Monitorar continuamente o programa de integridade visando ao seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência dos atos lesivos previstos no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

XXVI - Proceder à análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao programa de integridade;

XXVII - Manter e ampliar os canais de denúncia de irregularidades, que deverão ser abertos e amplamente divulgados a servidores e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciante de boa-fé;

XXVIII - Elaborar, implantar, divulgar e aplicar o Código de Ética, que avaliará o desempenho ético e moral dos servidores ocupantes de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas e recomendará, nos casos em que demonstrar inabilidade para o cargo ou função, a sua exoneração;

XXIX - Providenciar o empenho, a liquidação e ordenar o pagamento das despesas afetas à Secretaria;

XXX - Propor medidas que visem à melhoria do serviço público municipal, com a expedição de portarias, recomendações, pareceres e publicações de demais normas para uniformizar os procedimentos relacionados aos assuntos de sua competência;

XXXI - Desempenhar outras atividades afins, voltadas ao fiel cumprimento das funções institucionais do órgão de controle.

**Art. 21.** Compete ao Secretário Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública:

I - Exercer a chefia e representar a Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública, superintender, coordenar, controlar as suas atividades e orientar as formas de atuação;

II - Superintender o sistema de controle interno do Município, exercida por seus departamentos, conforme determina o artigo 74, inciso II da Constituição Federal do Brasil de 1988;

III - Promover o apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, conforme determina o artigo 74, inciso IV da Constituição Federal do Brasil de 1988;

IV - Zelar pela qualidade e pela autonomia do sistema de controle interno;

V - Promover o ambiente de controle no âmbito da administração municipal;

VI - Exercer a supervisão das atividades desempenhadas pelos departamentos integrantes da Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública, ao se manifestarem sobre os atos administrativos da gestão, através do controle prévio e corretivo, recomendando saneamentos e correções, e propor ao Prefeito declaração de nulidade de atos administrativos insanáveis, contrários ao interesse público;

VII - Emitir alertas ao chefe do poder executivo quando ultrapassados os limites de gastos com pessoal, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, e quando não atingido os investimentos em saúde e educação previstos na Constituição Federal;

VIII - Proceder, recomendar e coordenar a apuração de atos ou fatos com indícios de ilegalidade ou irregularidade na aplicação de recursos públicos municipais, dando ciência ao gestor para as providências cabíveis;

IX - Assessorar e supervisionar a elaboração de relatório sobre os processos de Tomadas de Contas Especiais instauradas pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município, inclusive, sobre as determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado;

X - Dar ciência ao Tribunal de Contas das irregularidades chegadas ao seu conhecimento, indicando as providências adotadas;

XI - Assinar o Relatório de Gestão Fiscal, verificando a consistência dos dados em conformidade com o estabelecido pelos artigos 54 e 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Pronunciar-se em nome da Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública perante o público em geral e autoridades públicas;

XIII - Garantir a integridade, confiabilidade e disponibilidade da informação produzida para o cumprimento de obrigações de transparência, nos termos da legislação vigente;

XIV - Superintender a implantação dos procedimentos integrados de prevenção e combate à corrupção, e, de regras de transparência de gestão no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município;

XV - Fomentar o controle social e a participação popular, promovendo o adequado recebimento, registro e tratamento de denúncias e manifestações do cidadão sobre os serviços prestados à sociedade e a adequada aplicação de recursos públicos, bem como através da ampliação dos sistemas de acesso a informação no município;

XVI - Assessorar na aprovação de diretrizes administrativas, baixar normas, portarias, instruções e ordens de serviços, visando a organização e execução de serviços a cargo da Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública;

XVII - Promover e zelar pelo sigilo dos trabalhadores e informações restritas à pasta;

XVIII - Estimular e promover cursos e treinamentos, visando o aperfeiçoamento dos servidores da Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública;

XIX - Aprovar os relatórios e pareceres técnicos relativos aos assuntos de competência da Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública, emitido pela sua equipe técnica;

XX - Ordenar o pagamento das despesas afetas à Secretaria;

XXI - Praticar todos e quaisquer atos pertinentes ao cabal desempenho e finalidades da Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública.

#### Subseção I

#### Do Departamento de Integridade e Controle

**Art. 22.** Compete ao Departamento de Integridade e Controle dar suporte direto ao Secretário para o cumprimento das competências da Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública descritas nos incisos XVII à XXVIII, XXX e XXXI do artigo 20 desta lei.

**Art. 23.** Compete ao Diretor de Integridade e Controle, diretamente subordinado ao Secretário Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública, as seguintes atribuições:

I - Supervisionar, acompanhar e assessorar o desenvolvimento das atividades do Departamento;

II - Indicar o servidor responsável pela execução das atividades do Departamento e designar as respectivas equipes de trabalho;

III - Orientar as equipes de trabalho quanto à vinculação ao objetivo e à aderência aos procedimentos e normas;

IV - Considerar a aceitação dos trabalhos de consultoria;

V - Comunicar os resultados das atividades do Departamento ao Secretário;

VI - Determinar como, quando e a quem os resultados das atividades deverão ser comunicados na forma de relatório;

VII - Supervisionar a implantação do Programa de Integridade, com normas de condutas, procedimentos, ações com o objetivo de prevenir, detectar, sanar, remediar e punir desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública municipal, elevando a confiança da sociedade na Gestão;

VIII - Acompanhar e avaliar as medidas necessárias ao cumprimento do estabelecido na Lei de Acesso à Informação, bem como das regras relativas à transparência da gestão fiscal;

IX - Promover o incremento da transparência na gestão pública, tendo em vista o fomento à participação da sociedade civil e a prevenção da malversação dos recursos públicos;

X - Coordenar seu departamento quanto a administração das informações e dados fornecidos pelas Secretarias Municipais no Portal da Transparência;

XI - Supervisionar a elaboração, divulgação e aplicação dos padrões de conduta, políticas e procedimentos de integridade no âmbito da Prefeitura de Sabáudia;

XII - Promover, desenvolver e aplicar treinamentos periódicos sobre o programa de integridade;

XIII - Supervisionar os canais de denúncia de irregularidades, que deverão ser abertos e amplamente divulgados aos servidores e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciante de boa-fé;

XIV - Supervisionar a elaboração e aplicação dos procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, tal como pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;

XV - Buscar garantir que o Departamento de Integridade e Controle permaneça livre de todas as condições que ameacem a habilidade dos integrantes de cumprir com suas responsabilidades de forma imparcial;

XVI - Zelar pelo sigilo dos trabalhadores e informações restritas à pasta;

XVII - Promover a aderência às políticas e procedimentos desenvolvidos pelos órgãos de controle e por instituições de reconhecimento nacional e internacional para orientar a atividade relacionado ao gerenciamento de riscos;

XVIII - Assessorar diretamente o Secretário Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública no desempenho das outras atividades inerentes ao campo de atuação do órgão.

## Subseção II

### Do Departamento de Auditoria e Monitoramento

**Art. 24.** Compete ao Departamento de Auditoria e Monitoramento dar suporte direto ao Secretário para o cumprimento das competências da Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública descritas nos incisos XVII à XXVIII, XXX e XXXI do artigo 20 desta lei.

**Art. 25.** Compete ao Diretor de Auditoria e Monitoramento, diretamente subordinado ao Secretário Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública, as seguintes atribuições:

- I - Supervisionar, acompanhar e assessorar o desenvolvimento das atividades do Departamento;
- II - Indicar o servidor responsável pela execução das atividades do Departamento e designar as respectivas equipes de trabalho;
- III - Orientar as equipes de trabalho quanto à vinculação ao objetivo e à aderência aos procedimentos e normas;
- IV - Comunicar os resultados das atividades do Departamento ao Secretário;
- VI - Determinar como, quando e a quem os resultados das atividades deverão ser comunicados na forma de relatório;
- VII - Zelar pelo sigilo dos trabalhadores e informações restritas à pasta;
- VIII - Verificar o monitoramento, como divulgação adequada de regras de conduta, treinamento e aplicação de medidas disciplinares, se foram efetivamente cumpridas.
- IX - Buscar garantir que o Departamento de Auditoria e Monitoramento permaneça livre de todas as condições que ameacem a habilidade dos integrantes de cumprir com suas responsabilidades de forma imparcial;
- X - Coordenar o monitoramento, sendo, acompanhamento contínuo, cotidiano do desenvolvimento dos programas e políticas em relação a seus objetivos.
- XI - Assessorar diretamente o Secretário Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública no desempenho das outras atividades inerentes ao campo de atuação do órgão.

Subseção III  
Do Controlador Interno

**Art. 26.** Compete ao Controlador Interno, diretamente subordinado ao Secretário Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública, as seguintes atribuições:

- I - assegurar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas orçamentários;
- II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos da Administração Municipal, bem como sua aplicação de recursos públicos;
- III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres municipais;
- IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- V - promover o cumprimento das normas legais e técnicas;
- VI - subsidiar e orientar a administração geral do Município, exercida pelo Prefeito Municipal e a gestão pública, a cargo dos Secretários, administradores e responsáveis pela arrecadação e aplicação dos recursos municipais.
- VII - emitir instruções normativas, de observância obrigatória em todos os órgãos do Poder Executivo;

VIII - emitir pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar e sanar as possíveis irregularidades na Administração Municipal;

IX - ter acesso a quaisquer documentos, informações e bancos de dados indispensáveis e necessários ao exercício das funções do Controle Interno;

X - dar ciência ao Chefe do Executivo, no caso de verificação de irregularidades ou ilegalidades, a fim de que o mesmo adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

## CAPÍTULO II

### Seção I

#### DOS REQUISITOS ÉTICOS, DA INTEGRIDADE E DO ZELO PROFISSIONAL

**Art. 27.** O controlador interno deverá atuar em conformidade com princípios e requisitos éticos estabelecidos em normas e manuais, de modo que a atividade de auditoria seja pautada pelos seguintes princípios éticos:

I - Integridade;

II - Proficiência e zelo profissional;

III - Autonomia técnica e objetividade;

IV - Respeito, integridade e idoneidade

V - Aderência às normas legais;

VI - Atuação objetiva e isenta;

VII - Honestidade.

**Art. 28.** O controlador interno deve servir ao interesse público e honrar a confiança pública, executando seus trabalhos com honestidade, diligência e responsabilidade, contribuindo para o alcance dos objetivos institucionais.

**Art. 29.** O controlador interno deve atuar de forma imparcial e isenta, evitando quaisquer condutas que possam comprometer a confiança em relação ao seu trabalho, evitando situações de conflito de interesses ou quaisquer outras que afetem a objetividade do seu julgamento profissional.

**Art. 30.** A conduta do Controlador Interno deve ser idônea, íntegra e irreparável quando necessário lidar com pressões ou situações que possam ameaçar seus princípios éticos.

**Art. 31.** O controlador interno deve se comportar com cortesia e respeito no trato com pessoas, abstendo-se de emitir juízo ou adotar práticas que indiquem qualquer tipo de discriminação ou preconceito.

**Art. 32.** O Controlador Interno deve conduzir os trabalhos com zelo profissional, atuando com prudência, mantendo postura de ceticismo profissional, agindo com atenção, demonstrando diligência e responsabilidade no desempenho das tarefas a ele atribuídas.

### Seção II

#### Das Comunicações e do Sigilo

**Art. 33.** As comunicações sobre os trabalhos de auditoria devem contemplar todos os fatos materiais de conhecimento do Controlador Interno que, caso não divulgados, possam distorcer as avaliações ou resultados da auditoria.

**Art. 34.** O controlador interno não deve divulgar informações relativas aos trabalhos desenvolvidos ou a serem realizados, não as repassando a terceiros sem prévia anuência da autoridade competente.

**Art. 35.** É vedada a utilização de informações obtidas em decorrência dos trabalhos de auditoria em benefício de interesses pessoais ou de qualquer outra forma que seja contrária à lei, em detrimento dos objetivos da organização.

**Art. 36.** O Controlador Interno, ao tomar conhecimento de fraudes ou de outras ilegalidades, deverá primeiramente comunicar ao seu superior hierárquico, ficando autorizado a encaminhar comunicação para o Tribunal de Contas em caso de ausência de resposta pelo superior hierárquico no prazo de 30 dias, sem prejuízo da realização das recomendações necessárias para sanar eventuais irregularidades.

**Art. 37.** As normas complementares e regulamentares, necessárias à plena organização e ao aprimoramento do funcionamento da Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública - SEMCIT, serão expedidas por Decreto.

**Art. 38.** As competências e atribuições estabelecidas nesta Lei não excluem o exercício de outras que legalmente se constituam necessários ao alcance das finalidades da Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública.

**Art. 39.** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotação própria do orçamento Geral do Município.

**Art. 40.** Esta Lei estrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em específico a Lei Municipal nº 06/2008.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sabáudia, Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de agosto de 2023.

MOISES SOARES RIBEIRO  
Prefeito Municipal-

ANEXO I

ANEXO II

Dos Cargos de Provimento em Comissão e Funções Gratificadas

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE, INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA - SEMCIT				
Unidade Administrativa	Cargo	Quantidade	Símbolo	Valor (R\$)
Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública	Secretário Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública	1	CC-1 FG - 50%	R\$ 4.607,35
Departamento de Integridade e Controle	Diretor de Integridade e Controle	1	CC-2 FG - 50%	R\$ 4.213,50
Departamento de Auditoria e Monitoramento	Diretor de Auditoria e Monitoramento	1	CC-2 FG - 50%	R\$ 4.213,50
Controlador Interno	Servidor Efetivo	1	FG	R\$ 2.500,00

*Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.*

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 30/05/2025*